

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

**DECRETO Nº 14.460 DE 11 DE JANEIRO DE 2022**

### **DISPÕE SOBRE MEDIDAS PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, Declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de COVID-19;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na Região do Planalto Norte Catarinense, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando as avaliações de risco potencial, emitidas semanalmente pela Central de Operações de Emergência em Saúde e as recomendações do Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando o Decreto Estadual nº 1.371, de 14 de julho de 2021 que, “Declara Estado de Calamidade Pública em todo o Território Catarinense, nos Termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – Doenças Infecciosas Virais, para fins de Enfrentamento da pandemia de COVID-19, e Estabelece Outras Providências”, e suas respectivas alterações;

Considerando a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 1.063 de 24 de setembro de 2021 e suas alterações, que: Estabelece regramentos sanitários a serem adotados para funcionamento dos estabelecimentos que prestam serviço ao público, no contexto da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

Considerando o aumento dos casos positivados de COVID-19, que no período de 24 de dezembro de 2021 à 10 de janeiro de 2022 38% (trinta e oito por cento) dos pacientes testados para COVID-19 apresentaram resultado positivo;

Considerando a presença da variante OMICRON no país com casos confirmados no Estado de Santa Catarina; e

Considerando a circulação do vírus da influenza no Estado de Santa Catarina; e

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

Mesmo considerando o avanço da vacinação no Município de Campo Alegre/SC, que até a data de 11 de janeiro de 2022 vacinou com a 1ª (primeira) dose 87,68% (oitenta e sete vírgula sessenta e oito por cento) do total da população e 81,87% (oitenta e um vírgula oitenta e sete por cento) do total da população com a 2ª (segunda) dose.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; **Decreta:**

Art. 1º Ficam adotadas as seguintes medidas, no período de **13 de janeiro de 2022 à 09 de fevereiro de 2022;**

I - Para os serviços de alimentação (cafeterias, casas de chás, casas de sucos, lanchonetes, confeitarias, sorveterias, lojas de conveniências, restaurantes, pizzarias, churrascarias, cantinas, bares e afins), determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias, o disposto na Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 1.063 de 24 de setembro de 2021, além do que segue:

a) Fica permitida a ocupação simultânea para consumo e atendimento 80% (oitenta por cento).

b) Fica permitida a realização de apresentações musicais e artísticas, observando o disposto no artigo 7º da Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 1.063/2021 – protocolo de “Evento Seguro”, que trata dentre outras exigências da comprovação do esquema completo de vacinação contra a COVID-19 ou apresentação de laudo de exame RT-qPCR realizado nas últimas 72 horas ou Pesquisa de Antígeno de SARS-Cov-2 por Swab realizado nas últimas 48 horas com resultado “negativo, não reagente ou não detectado;

c) Determina que seja mantido o distanciamento mínimo entre as mesas, com no máximo 06 (seis) pessoas por mesa;

d) Fica permitido o consumo em balcões, desde que os clientes estejam sentados em bancos com distanciamento de pelo menos 1 (um) metro entre eles, e que o local seja imediatamente higienizado após o uso;

e) Recomenda-se que o local não seja frequentado por pessoas acima de 60 (sessenta) anos e portadores de comorbidades;

f) Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;

g) Disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) na entrada de acesso, mesas, balcões, áreas de manipulação, e demais pontos estratégicos;

h) Fica obrigatório o uso de máscaras por todos os funcionários e clientes, exceto quando estiverem se alimentando;

i) Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção;

j) Fica obrigatório o cumprimento das medidas de higiene e proteção por todos os clientes e funcionários durante toda a permanência no estabelecimento;

Art. 2º Fica determinado o limite de ocupação dos seguintes serviços e atividades:

I - para comércio de rua, excetuados os essenciais, e para demais atividades e serviços

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

privados não essenciais, fica permitida a ocupação simultânea de 80% (oitenta por cento).

Art. 3º Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética, determina-se o cumprimento da Portaria da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina nº 223, de 05 de abril de 2020, as seguintes Diretrizes Sanitárias:

- I - Sinalizar a distância mínima entre o cliente e o balcão, de modo a manter o distanciamento mínimo dos profissionais da recepção;
- II - Os clientes deverão sempre fazer uso de máscara dentro do estabelecimento, exceto para a realização de procedimentos na face ou corte de cabelo, os funcionários e colaboradores deverão sempre fazer uso dos EPI's;
- III - É recomendável que os profissionais cujo trabalho demanda proximidade e contato físico com o cliente ou com outros trabalhadores façam uso de viseiras de proteção (faceshields) e luvas, sempre que possível;
- IV - Higienizar e desinfetar equipamentos, utensílios e acessórios (pentas, escovas, dentre outros) a cada atendimento ao cliente, bem como qualquer outra superfície de contato, como cadeiras e lavatórios;
- V - A higienização de cada estação de trabalho deve ser realizada sempre que houver troca de colaborador em sua utilização;
- VI - Não deve haver toalhas ou capas de corte compartilhadas entre clientes;
- VII - Quando o material não puder ser de utilização única (escovas, tesouras, pentas, limas e blocos polidores de unhas, etc.) deve-se proceder à sua lavagem ou desinfecção com álcool 70% (setenta por cento) ou similar após cada utilização.

Art. 4º Ficam liberadas para o funcionamento as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, padel, tênis, práticas integrativas, pilates, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

- I - O número de clientes dentro de estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos deve ser de no máximo de 80% (oitenta por cento).
- II - Os estabelecimentos devem limitar e ordenar o seu público, bem como organizar as atividades;
- III - Na entrada do estabelecimento, deve ser disponibilizado dispensador com álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas ou sanitizantes para higienização das mãos;
- IV - O controle de acesso deve ser mantido sem o uso de digitais;
- V - É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e alunos durante a permanência no estabelecimento;
- VI - Deve haver distanciamento mínimo de um metro e meio entre as pessoas;
- VII - É obrigatório o uso de toalha de utilização pessoal durante toda a prática de atividade física;
- VIII - Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada praticante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;
- IX - Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a desinfecção e limpeza geral de todos os ambientes pelo menos uma vez por período (matutino, vespertino e noturno);
- X - Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, deve haver a limpeza dos filtros diariamente;

XI - Devem ser disponibilizados cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível;

XII - Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não podem frequentar as atividades;

XIII - Cada usuário deve realizar suas atividades de forma individualizada, sem aglomerações para conversas paralelas;

XIV - Deve-se disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) em pontos estratégicos para higienização das mãos.

XV - Alunos e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% (setenta por cento), na entrada e na saída do estabelecimento, sempre que utilizar os equipamentos e durante a realização das atividades;

XVI - Os equipamentos devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% (setenta por cento) ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização;

XVII - Esteiras, bicicletas ergométricas e similares devem ser utilizadas com pelo menos um metro e meio de distância entre elas;

XVIII - Equipamentos e aparelhos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;

XIX - Caso sejam utilizadas barras, halteres, bancos, colchonetes ou outros acessórios, os mesmos devem ser individualizados e higienizados antes e/ou depois do uso (a sistemática deverá ser definida pelo estabelecimento), com álcool 70% (setenta por cento), ou outras substâncias degermantes, em conformidade com a compatibilidade dos materiais e com as orientações dos fabricantes dos mesmos;

XX - É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% (setenta por cento) ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização;

XXI - Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;

XXII - Os banheiros devem estar providos de material desinfetante, seguindo as orientações de higiene.

Art. 5º Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins), determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - Recomenda-se a não entrada de crianças menores de 12 (doze) anos e idosos;

II - Permitido limite de ocupação simultânea de 80% (oitenta por cento).

III - Fica obrigatório a disponibilização de álcool 70% (setenta por cento) na entrada do estabelecimento, para uso de clientes e funcionários;

IV - Fica obrigatório a higienização com álcool 70% (setenta por cento) ou substâncias sanitizantes de efeitos similar, nas superfícies, máquinas de cartão, canetas, carrinhos, cestas, bancadas, a cada uso;

V - Fica obrigatório o uso de máscaras por todos os funcionários e clientes;

VI - Fica sob responsabilidade dos proprietários e colaboradores dos estabelecimentos as orientações e cumprimento das medidas de higiene e proteção;

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

VII - Determina o distanciamento de, no mínimo de 1,50(um metro e meio) entre clientes durante as compras e na fila do caixa;

VIII- Fica proibida a degustação de produtos.

Art. 6º Ficam liberadas as entregas delivery e, os colaboradores deverão cumprir as Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - O entregador deverá lavar bem as mãos com água e sabão líquido antes de sair para realizar as entregas;

II - O entregador deverá usar máscara de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão;

III - O entregador deverá evitar tocar a máscara, bem como seguir as recomendações de etiqueta da tosse;

IV - As áreas de convivência dos entregadores devem ser mantidas ventiladas, tais como refeitórios e locais de descanso;

V - Deve-se evitar tocar em superfícies ou objetos de áreas comuns dos condomínios residenciais;

VI - O entregador deverá higienizar as mãos com álcool 70% (setenta por cento) entre as entregas;

VII - Os produtos da entrega não devem ser acondicionados no chão em momento algum;

VIII - O entregador deverá solicitar ao cliente para que insira o cartão na máquina, evitando manuseá-lo;

IX - As máquinas de cartão devem ser higienizadas com álcool 70% (setenta por cento), após cada entrega, para facilitar a higienização, as máquinas de cartão podem estar cobertas com filme plástico;

X - Ao retornar ao serviço, o entregador deve repetir a lavagem das mãos com água e sabão líquido.

Art. 7º Ficam liberadas as atividades do comércio, bancário (bancos e lotéricas) e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - O uso de máscaras é obrigatório para clientes e trabalhadores em todas as áreas;

II - O uso de álcool gel para limpeza das mãos é obrigatório aos clientes ao entrar e sair do estabelecimento;

III - Deve ser garantido o distanciamento de 1,50 (um metro e meio) entre as pessoas nos estabelecimentos;

IV - As máquinas para pagamento com cartão devem ser higienizadas após cada uso, com álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas, conforme orientações de compatibilidade de produtos fornecida pelo fabricante. É permitido envolver estas máquinas em plástico filme, sendo que deverá ser substituído pelo menos uma vez ao dia, mantendo a sistemática de higienização a cada uso;

V - A redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do limite permitido;

VI - Recomenda-se a não entrada de crianças menores de 12 (doze) anos.

Art. 8º Ficam liberadas as atividades da indústria e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

- I - Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho;
- II - Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias;
- III - Uso de máscara por todas as pessoas durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive prestadores de serviço, entregadores e outros;
- IV - Disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar em pontos estratégicos para higienização das mãos;
- V - Quando utilizar ponto digital, higienizar após cada uso com álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, respeitando as características do equipamento quanto à escolha do produto;
- VI - Programar a utilização dos vestiários a fim de evitar aglomeração, mantendo o distanciamento de um metro e meio de raio entre as pessoas;
- VII - Intensificar a higienização de utensílios e equipamentos com álcool 70% (setenta por cento), preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, lavatórios, sanitários, elevadores, armários nos vestiários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;
- VIII - Os equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70% (setenta por cento), preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;
- IX - Fica proibida a utilização de bebedouros;
- X - Limitar o uso de refeitório, condicionado ao afastamento mínimo de um metro e meio de raio entre as pessoas;
- XI - Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar condicionado, os filtros devem ser higienizados diariamente.

Art. 9º Medidas Sanitárias para Órgãos Públicos devem seguir as Diretrizes Sanitárias Estaduais, Municipais, CIR (Comissão Intergestores Regional) e estabelecidas pelos seus órgãos de forma rígida garantindo a segurança dos Servidores Públicos e da população usuárias dos serviços.

Art. 10 Para os cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos ou privados nas modalidades de ensino superior e pós graduação bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN e centro de formação de condutores, condicionado ao cumprimento de Portarias da Secretaria de Estado da Saúde que regulamentam protocolos sanitários específicos, de acordo com Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 658 de 28 de agosto de 2020, é permitido o funcionamento com aulas práticas desde que não ultrapasse 80% (oitenta por cento) da capacidade total do estabelecimento.

Art. 11 Cursos livres são liberados, determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias Municipais e Estaduais, desde que não ultrapasse 80% (oitenta por cento) da capacidade total do estabelecimento.

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

Art. 12 Somente poderão retornar às atividades de forma presencial os estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal, que obtiverem a homologação do Plano de Contingência Escolar pelo Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia COVID-19, seguindo as determinações do Governo de Santa Catarina conforme o grau de risco regional.

Art. 13 Ficam liberadas a realização de missas e cultos, e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias a seguir:

I - Todos os fiéis e colaboradores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o período em que estiverem no interior do Templo Religioso ou da Igreja, independentemente de estarem em contato direto com o público;

II - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao Templo ou Igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

III - Deverá ser disponibilizado álcool 70% (setenta por cento) (setenta por cento) para uso das pessoas que vierem a ser atendidas, disponibilizando através de dispensadores localizados na porta de acesso, na secretaria, nos locais aonde possam ser realizadas as gravações para transmissão de missas ou cultos Religiosos e recepção;

IV - Ficam as Igrejas e os Templos Religiosos autorizados a realizar a gravação e transmissão de missas ou cultos no interior dos Templos Religiosos ou Igrejas, sendo mantida a distância mínima de um metro e meio entre as pessoas;

V - O atendimento aos integrantes dos grupos de risco como idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes deverá ser realizado exclusivamente de forma online ou telefone de forma a evitar a exposição destas pessoas a fim de reduzir o risco de transmissão da COVID-19;

VI - Manter todas as áreas ventiladas e deverá ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento de cada fiel, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões e corrimão;

VII - Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da Igreja ou do Templo Religioso, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70% (setenta por cento), quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

VIII - Disponibilizar e exigir o uso de máscaras dos colaboradores;

IX - O responsável pelo Templo deve orientar aos frequentadores que não poderão participar dos cultos, missas e liturgias, caso apresentem sintomas de resfriados/gripe;

X - As diretrizes sanitárias deverão ser expostas em locais visíveis;

XI - Os cultos, missas em espaços abertos, seguirão as mesmas recomendações de proteção já estabelecidas neste Decreto.

Art. 14 Estão liberados os jogos de bocha, sinuca e bolão, desde que seguindo os protocolos sanitários.

I - Ficam os proprietários de bares e lanchonetes responsáveis por manter as normas sanitárias e exigir de seus clientes o cumprimento das mesmas durante os jogos de sinuca,

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

sendo permitido apenas 02 (dois) jogadores por partida, sendo obrigatória a higienização das mesas, tacos e bolas após o término de cada partida;

II - Bocha: é permitido apenas 02 (dois) participantes por partida por quadra, sem público, sendo do Presidente da Entidade/organização a responsabilidade pelo cumprimento das normas sanitárias;e

III - Bolão:é permitida a prática esportiva sem público, sendo de responsabilidade doPresidente da Entidade/organização cumprimento das normas sanitárias.

§ 1ºFica permitida a comercialização de alimentos ebebidas na Sociedade Bocha Primavera e Clube do Bolão Campo Alegre, bem como o consumo no local, desde que mantidos os protocolos sanitários, sem aglomeração, sob responsabilidade do Presidente da Entidade/organização.

§ 2º Fica permitida a participação de público na Sociedade Bocha Primavera e Clube do Bolão Campo Alegre, desde que mantidos os protocolos sanitários, sem aglomeração, não superior 80% (oitenta por cento), sob responsabilidade do Presidente da Entidade/organização.

Art. 15 Ficam liberados os esportes nas seguintes modalidades: ciclismo, cavalgada, esporte *off road* (ex.: moto e veículo 4x4), e escaladadem a participação de público.

I -Fica permitida a comercialização de alimentos e bebidas, bem como o consumo no local, desde que mantidos os protocolos sanitários e sem aglomeração, sob responsabilidade do proprietário do empreendimento ou responsável pelo evento etc.; e

II - Todos os praticantes das modalidades, devem observar e seguir os protocolos sanitários.

Parágrafo único. A prática esportiva de escalada na Cascata Paraíso será permitida pela Associação Pé Na Agarra, devendo a Associação alinhar com Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer a forma de registro dos praticantes da modalidade esportiva para fins de controle epidemiológico, caso necessário.

Art. 16 Fica liberada a prática de esportes em quadrasde esportes e campos abertos, bem como nos ginásios de esportes do Município:

§1º Para as práticasesportivas nos locais referidos no caput do artigo 16 deste Decreto, devem os responsáveis pelo local entrar em contato com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – Coordenação de Esportese Lazer para validar a forma de registro dos praticantes da modalidade esportiva para fins de controle epidemiológico, devendo observar no mínimo o que segue:

- a) Aferição da temperatura de todos os atletas na chegada ao local, devendo ser barrada a entrada do atleta que apresentar temperatura corporal acima de 37ºC;
- b) Permanência no local apenas pelos atletas;
- c) Em espaços públicos ou privados, deverá ser enviada a relação dos atletas, com antecedência, para o responsável do local;
- d) Não deve haver compartilhamento de recipientes de bebidas entre os participantes;
- e) O uso do banheiro será limitado a uma pessoa de cada vez, vedado o banho no local;

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

- f) A troca de uniformes será realizada em casa;
- g) Os participantes deverão trazer álcool em gel ou álcool borrifável 70% (setenta por cento);
- h) A higienização do espaço e materiais deverá ocorrer após o encerramento de cada jogo pelos próprios participantes, que deverão colaborar com a higienização do ambiente;
- i) Entre uma partida e outra deverá ser observado o intervalo mínimo de 10 (dez) minutos, em que os atletas somente adentrarão ao espaço de jogo com autorização do responsável;
- j) Enquanto não estiverem praticando atividade esportiva, os atletas deverão utilizar máscara e manter a distância de um metro e meio dos outros atletas;
- k) Somente atletas com mais de 18 (dezoito) anos poderão participar das atividades esportivas, ou adolescentes, desde que devidamente autorizados pelos pais ou responsável;
- l) Deverá ser feita a assinatura de um termo de responsabilidade pelos atletas; e
- m) Não podendo haver jogo de cartas no local.

§ 2º Fica permitida a comercialização de alimentos e bebidas, bem como o consumo no local, desde que mantidos os protocolos sanitários, sem aglomeração, sob responsabilidade do ecônomo quando se tratar de Espaço Público, ou do responsável pelo campo/quadra de esportes quando se tratar de Espaço Privado.

§ 3º Fica permitida a participação de público nos Ginásios de Esportes do Município, desde que mantidos os protocolos sanitários, sem aglomeração, cujo público não deve ser superior a 80% (oitenta por cento), sob responsabilidade do Ecônomo do local.

Art. 17 Fica permitida a realização de eventos culturais, exposição e venda de artes e artesanato, e comercialização de alimentos e bebidas, em espaços abertos, desde que mantidas as regras sanitárias, com autorização prévia do Serviço Municipal de Vigilância em Saúde de Campo Alegre/SC.

Art. 18 Ficam permitidos os eventos sociais como aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis, casamentos e afins, desde que realizados em estabelecimentos tais como restaurantes, casas de eventos, salões comunitários etc., observando no que couber o disposto na Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 1.063 de 24 de setembro de 2021, o responsável deverá:

I - quando se tratar de eventos de 100 até 499 (quatrocentas e noventa e nove) pessoas deverá:

a) responsável solicitar autorização para a Secretaria Municipal de Saúde - Serviço de Vigilância em Saúde, informando local, data, horário e público esperado, bem como quais as medidas de segurança adotadas no evento para evitar a proliferação do vírus da COVID-19;

b) A solicitação deverá ser protocolizada junto a Secretaria Municipal de Saúde com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência da data provável do evento; e

c) Após análise da documentação, a Secretaria Municipal de Saúde pelo Serviço de

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

Vigilância em Saúde, emitirá parecer acerca da solicitação.

II - registrar e manter sob sua guarda a relação das pessoas que participaram do evento contendo nome completo, endereço e número de telefone, para fins de controle epidemiológico, caso necessário;

III - Observar a ocupação simultânea 80% (oitenta por cento).

IV - Caso o evento ultrapasse o número de 500 (quinhentas) pessoas, cabe o disposto no artigo 7ª da Portaria citada;

V - Fica permitida música, baile/dança; e

VI - Obrigatório seguir todos os protocolos sanitários.

Art. 19 Fica liberado o funcionamento do Museu Municipal, respeitada a ocupação simultânea de 80% (oitenta por cento) além de que deverá observar os protocolos sanitários.

Art. 20 Ficam permitidas a realização de reuniões de qualquer natureza, congressos, feiras, exposições e palestras, de caráter público ou privado, observados os regramentos definidos na Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 1.063 de 24 de setembro de 2021.

I - Deverá observar a ocupação simultânea de 80% (oitenta por cento); e

II - A Feira de Produtos Coloniais, Orgânicos e Artesanais do Município de Campo Alegre/SC, cujos feirantes estejam devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer poderão ser realizadas normalmente no Calçadão da Cascatinha, desde que observadas as regras sanitárias vigentes.

Art. 21 Para os estabelecimentos ou organizadores de eventos obterem autorização para abertura de pista de dança, independente do número de participantes, ou para realização de eventos de grande porte ou de massa acima de 500 (quinhentos) participantes, incluindo eventos esportivos, será obrigatório o cumprimento do protocolo "Evento Seguro", além de seguir rigorosamente o disposto na Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 1.063 de 24 de setembro de 2021 e suas alterações, é necessário ainda:

I - Solicitar autorização para abertura de pista de dança, informando local, data, horário e público esperado à Secretaria Municipal de Saúde – Serviço de Vigilância em Saúde, apresentando inclusive o Plano de Contingência;

II - A solicitação deverá ser protocolizada junto a Secretaria Municipal de Saúde com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência da data provável do evento; e

III - Após análise da documentação, a Secretaria Municipal de Saúde através do Serviço de Vigilância em Saúde emitirá parecer acerca da solicitação.

Art. 22 Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal sigam as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº 025/2020-DIVS).

Art. 23 Fica estabelecida a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em todo o território municipal, em espaços públicos e privados fechados, incluindo no transporte público coletivo, e em espaços abertos onde não seja possível manter o distanciamento, pelo período previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 1.578 de 24 de

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

novembro de 2021, com exceção dos espaços domiciliares.

Parágrafo único. Recomenda-se o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre a população idosa, considerando que todos são os mais vulneráveis, excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

Art. 24 Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID-19, para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como, medida não farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da Vigilância Epidemiológica, sob pena do artigo 268 do Código Penal Brasileiro: ***“Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”***.

Art. 25 Hotéis, pousadas, albergues, pensões, e estabelecimentos congêneres estão autorizados a funcionar da capacidade total do estabelecimento, e deverão seguir as regras sanitárias vigentes.

Art. 26 Fica proibida a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques, praças e pontos turísticos.

I - A Cascata Paraíso e o Salto do Engenho permanecerão abertos para visitação, sendo proibida a aglomeração de pessoas; e

II - Fica autorizada a comercialização e consumo de bebidas e alimentos no local, devendo os visitantes seguir os protocolos sanitários;

III - Fica autorizada a prática de *Camping* em áreas/propriedades particulares, desde que observados os protocolos sanitários vigentes e:

a) O proprietário/responsável pela área de *camping* deverá registrar e manter sob sua guarda a relação das pessoas que participaram do evento contendo nome completo, endereço e número de telefone, para fins de controle epidemiológico, caso necessário, além de responsabilizar-se pela aplicação e uso dos protocolos sanitários, tais como uso da máscara, distanciamento entre as barracas e pessoas e evitar aglomerações.

Art. 27 A fiscalização será realizada pelo Poder Público, pelos Servidores Públicos Municipais especialmente designados para tal finalidade, Vigilância Sanitária Municipal, Polícia Militar, Bombeiros Militares e Polícia Civil.

Art. 28 A atuação da Fiscalização será realizada, quando do descumprimento dos atos normativos municipais e estaduais no combate à propagação do novo coronavírus:

I - Orientação, emitida por notificação;

II - Multa de 60 (sessenta) UPM's, caso não atendidas as orientações;

III - Multa de 290 (duzentos e noventa) UPM's, em caso de reincidência;

IV - Interdição do local pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

## **GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO**

V- Cassação da licença de funcionamento.

Parágrafo único. A penalidade de que trata o *caput* deste artigo, será aplicada aos proprietários dos estabelecimentos, exceto os clientes que porventura não estiverem fazendo uso da máscara, neste caso a multa será aplicada ao cliente, no valor de 60 (sessenta) UPM's;

Art. 29 Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelo Poder Executivo Municipal e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Parágrafo único. Além das determinações acima mantém-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e Portarias vigentes orientadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 30 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de janeiro de 2022 à 09 de fevereiro de 2022.

Art. 31 Revogadas as demais disposições em contrário, a partir de 13 de janeiro de 2022 em especial o Decreto Municipal nº 14.295 de 29 de novembro de 2021.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 12 de janeiro de 2022.

**MATHEUS FUCKNER**  
Prefeito Municipal em Exercício

**JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY**  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: **12/01/2022**.

**JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI**  
Chefe de Gabinete do Prefeito em Exercício